



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

**Ata da Realização da Audiência Pública de Apresentação
de Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária
do Fundo Municipal de Saúde - FMS do 1º Quadrimestre de 2022
- 7-6-2022 -**

Em 7 de junho de 2022, às 9h52min, no Plenário Léo Franklin, sob a coordenação da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, a Câmara Municipal de Imperatriz esteve reunida para Audiência Pública de Apresentação dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do 1º Quadrimestre de 2022 do Fundo Municipal de Saúde - FMS de Imperatriz. Em seguida, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, solicitou à vereadora Cláudia Fernandes Batista que procedesse à leitura dos versículos de 1 a 3 do capítulo 23 do Livro de Salmos, da Bíblia Sagrada. Ao abrir os trabalhos, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, convidou também a compor a Mesa, os vereadores Rubem Lopes Lima, Flamarion de Oliveira Amaral, Terezinha de Oliveira Santos e a secretária-adjunta municipal de Saúde Doralina Marques de Almeida. Para compor a extensão da Mesa, convidou a equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, composta pelos servidores: Ticiano Leite Melo, coordenador de planejamento, Viviane Nóbrega, assessora de planejamento, Alexânia de Oliveira Brandão, coordenadora de saúde II, Cláudia Alves de Oliveira Carvalho, contadora, e Ane Daniele Franco, assessora de planejamento. Na sequência, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, apresentou os membros da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, os edis Márcio Renê Gomes de Sousa, presidente, Rubem Lopes Lima, primeiro vice-presidente, Flamarion de Oliveira Amaral, segundo vice-presidente, Jhony dos Santos Silva, primeiro secretário, Terezinha de Oliveira Santos, segunda secretária, Ricardo Seidel Guimarães, primeiro suplente e João Francisco Silva, segundo suplente. Membros da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social presentes: Márcio Renê Gomes de Sousa, Terezinha de Oliveira Santos, Rubem Lopes Lima e Flamarion de Oliveira Amaral. Logo após, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, agradeceu a presença dos vereadores: Cláudia Fernandes Batista, Aurélio Gomes da Silva, Rogério Lima Avelino, Manoel Conceição de Almeida, Adhemar Alves de Freitas Júnior, Antonio Silva Pimentel, Roberto de Sousa Silva e Zesiel Ribeiro da Silva. Ato contínuo, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, declarou aberta a Audiência Pública de Apresentação dos Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária da Saúde Pública Municipal de Imperatriz no 1º Quadrimestre de 2022, que tinha como fato gerador, o a comunicação feita por e-mail acostada ao processo, enviado pela Secretaria Municipal de Saúde - SEMUS, no qual agendava a Audiência Pública e outros expedientes de reagendamentos. Em seguida, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, leu a correspondência que constava do Ofício nº 52/2022 - GAB/SEMUS, de 02 de junho de 2022, do Sr. Alcemir Conceição Costa, secretário municipal de Saúde, que delegava a



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

atribuição de representá-lo nesta Audiência Pública, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida. Logo após, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, repassou a palavra à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, para que desse início à apresentação dos relatórios. Ao se dirigir à Tribuna, a secretária-adjunta municipal de Saúde Doralina Marques de Almeida, cumprimentou os integrantes da Mesa, na pessoa do presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, e explicou que esta Audiência Pública fora marcada inicialmente para ocorrer dia 31 de maio de 2022, e que fora adiada para a presente data em função de atraso do Relatório do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde – SIOPS. Em seguida, secretária-adjunta da Saúde Doralina Marques de Almeida afirmou que em cumprimento da Lei, estava apresentando este Relatório, com o desejo de que não houvesse mais atrasos, e a partir desse momento, as apresentações seriam feitas rigorosamente dentro dos prazos legalmente estabelecidos. Logo depois, secretária-adjunta da Saúde, Doralina Marques de Almeida, acrescentou estar presente a esta Audiência para apresentar os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do Fundo Municipal de Saúde, referentes ao 1º quadrimestre de 2022, e informou que em caso de dúvidas, por parte dos vereadores, que esses estivessem à vontade para interromper a qualquer momento, que as explicações seriam prestadas, e caso não soubesse as respostas no momento, comprometia-se a respondê-las posteriormente. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, mencionou os diplomas e dispositivos legais que fundamentavam a Audiência Pública: Lei Complementar nº 141/2012; Resolução CNAS nº 459/2012; Lei Complementar nº 8142/1990; Lei nº 8070/1990; e Portaria MS nº 545/2020. Logo após, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, comunicou que, em observância do dispositivo legal pertinente, todos os dados a serem apresentados constavam do Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde - SIOPS. Momentos depois, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, com o auxílio da projeção de dados e imagens por *data-show*, procedeu à apresentação dos dados constante de Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária do FMS referentes ao primeiro quadrimestre do ano de 2022, os quais constavam, classificadas por fontes e categorias, das receitas do financiamento da saúde provenientes da União, do Sistema Único de Saúde - SUS, do Estado e do Município, assim como de comparativos dessas receitas com as receitas auferidas no mesmo período do ano anterior, após o que apresentou as despesas (empenhadas e liquidadas) correntes (pessoal e encargos sociais e outras despesas) e de capital (investimentos) nas várias áreas da assistência à saúde pública. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, apresentou minucioso balanço dos quantitativos referentes aos programas de saúde e aos procedimentos diagnósticos e terapêuticos, clínicos e cirúrgicos por especialidades, realizados no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde - Semus, no terceiro quadrimestre do ano de 2021, incluindo-se os procedimentos executados sob



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

regulação, controle, avaliação e auditoria, na atenção básica/primária, na assistência hospitalar e ambulatorial, urgência e emergência, no suporte profilático e terapêutico, interno e comunitário, na vigilância sanitária e ambiental, na vigilância epidemiológica e na alimentação e nutrição, além de subfunções, incluindo-se, ainda, dentre outros, o Serviço de Atendimento Móvel de Urgência - Samu, o Programa Melhor em Casa (Serviço de Atenção Domiciliar), o Programa Consultório na Rua, o Programa Academia de Saúde, o Programa de Saúde da Mulher, o Programa de Atenção Oncológica, o Programa Estratégia de Saúde Bucal, o Programa de Imunização, o Programa de Endemias (febre amarela, dengue, chikungunya, zica vírus), o Programa de Controle de Hanseníase, o Programa de Controle da Tuberculose, o Programa Municipal de Infecções Sexualmente Transmissíveis - IST (HIV/AIDS), o Programa de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses, o Programa de Mortalidade e Nascidos Vivos, o Programa Tratamento Fora do Domicílio - TFD, o Programa de Equoterapia (financiado pelo próprio Município], o Controle de Referência em Saúde do Trabalhador - Cerest, a Assistência Farmacêutica, o Centro de Atenção Psicossocial - CAPs e o Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional. Nesse ínterim, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, comunicou que, principalmente em virtude da pandemia de covid-19, havia sido instalado no Município Núcleo de Vigilância Epidemiológica, a propósito do que advertiu para o surgimento na cidade, nos últimos dois dias, de dez novos casos dessa enfermidade, sessenta por cento graves, sobretudo de pacientes não vacinados, assim com anunciou a instalação, em menos de dois anos, de Oficina Ortopédica. Nessa ocasião, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, observou que, em virtude da pandemia de covid-19, houvera alterações atípicas nas demandas ao sistema municipal de assistência à saúde pública. Ao solicitar o uso da palavra, o vereador Manoel Conceição de Almeida parabenizou o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa pela forma regimentalmente correta com que instalara esta Audiência Pública, inclusive procedendo à leitura do Ofício nº 52/2022 - GAB/SEMUS que justificava a ausência do secretário municipal de Saúde, Sr. Alcemir Conceição Costa e que delegava à secretária-adjunta da Saúde, poderes para representá-lo, o que representava um ganho para a cidade de Imperatriz. Nesse ínterim, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou os dados demográficos da população de Imperatriz, uma vez que se constituíam como a base do planejamento das políticas e ações de saúde, que era de 259.337 habitantes, sendo composta por 135.166 pessoas do gênero masculino e por 124.171 pessoas do gênero feminino. Além disso, 06,35% dessa população era composta por pessoas acima de 60 anos. Em seguida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou que o maior percentual de mortes era registrado entre pessoas do gênero masculino, e que as principais causas dessas mortes eram externas, de forma que havia uma tendência de crescimento da população feminina no Município de Imperatriz. Informou também, que além de atender a população local, o sistema de saúde de Imperatriz atendia, em média e alta complexidade, uma população de cerca de 530 mil pessoas dos municípios de sua regional de saúde, da regional de



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

Açailândia e de Balsas e Barra do Corda. Logo após, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que para a tender a toda essa população, o sistema de saúde de Imperatriz contava com o total de 154 unidades, o incluía estabelecimentos públicos e privados conveniados ao SUS, sendo que 65% dos estabelecimentos era da rede municipal de saúde. Nesse íterim, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, esclareceu que desde o ano de 2018, foi modificada a sistemática de financiamento do Fundo Municipal de Saúde: apenas duas contas: uma de custeio e outra de investimentos, o que simplificou a gestão das ações de saúde. Em seguida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, apresentou a receita dos quatro primeiros meses do ano de 2022, que era de R\$ 60.221.682,38, e estabeleceu relação com a receita do primeiro quadrimestre de 2021, que foi da ordem de R\$ 46.299.182,98, de forma que houve um crescimento da ordem de 130,07% de crescimento. Logo após, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou que a Atenção Primária de Saúde de Imperatriz era composta por 40 Unidades Básicas de Saúde - UBS, 64 equipes de Saúde da Família - ESF, 26 Equipes de Saúde Bucal - ESB e equipes da Estratégia de Agentes Comunitários em Saúde - EACS, 5 equipes de Núcleo Ampliado de Saúde da Família e Atenção Primária - NASF-AP, 1 equipe de Consultório na Rua - eCR e 1 equipe de Atenção Primária Prisional - eAPP. Em seguida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que apenas 36 equipes de saúde bucal habilitadas, era insuficiente para o atendimento adequado da população, e que o Consultório na Rua também era insuficiente para o atendimento da demanda existente. Em relação à Estratégia de Saúde da Família, o atendimento das equipes estava dentro do esperado. Ato contínuo, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou que a Atenção Básica tivera modificada a forma de financiamento, que era de acordo com a população, mas mudou a fórmula e deixou de considerar os dados do Censo Demográfico para se restringir ao número de cadastrados. No caso de Imperatriz, acima de 85% da população estava cadastrada, e não chegava a 100% da população, por causa de fatores como as moradias de aluguel e a volatilidade do domicílio. Acrescentou que o Município estava se preparando para realizar o atendimento inclusivo por gênero e por deficiência. Em relação à saúde da mulher, era alto o índice de gravidez na adolescência, casos em que o organismo da mulher não estava amadurecido, o que podia resultar em adoecimentos da gestante e até má formação do bebê. Além disso, por causa da Pandemia, os atendimentos eletivos ficaram abaixo do que se previa. Logo depois, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou que em relação à Febre Amarela, Dengue Chikungunya e Zica Vírus, foram inspecionados 267.986 domicílios, nos quais houve a identificação de pupas e larvas positivas no mês de janeiro em razão das chuvas e por causa de depósitos irregulares de lixo e focos domiciliares e constatou-se 24 casos positivos de dengue. Na sequência, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, afirmou que o Centro de Zoonoses dispunha de vacina contra a raiva canina e que a campanha de vacinação se iniciaria no mês de setembro. Em relação à Vigilância ambiental, que cuidava da análise da periódica da



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

água consumida pela população de Imperatriz. Acrescentou que foram constatados 2 casos positivos de hepatite, 17 casos de HIV e Hepatite apenas dois casos de positivos, Hiv, 17 casos e 40 casos positivos de sífilis, 21 casos positivos e 165 acompanhados tuberculose, constatou-se 16 casos novos de hanseníase, o que era alto, e podia estar subnotificado, por falta de procura das unidades de saúde. 119 pessoas tiveram comprometimento grau I e 57, comprometimento grau II, que conduzia à incapacitação. Em seguida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, relatou que o parto normal realizado era menor do que o esperado, o que em consequência, aumentava o número do parto operatório. Informou o número de mortes por gênero, que era de 602 homens e 459 mulheres, o que demonstrava que as mulheres estavam se cuidando melhor e que os homens estavam mais expostos a riscos, como por exemplo, de acidentes de trânsito. Logo após, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, declarou que o atendimento fora do domicílio alcançou o número de 390 pacientes e 317 acompanhantes, o que resultou em mais de 58 mil reais em ajuda de custos, mais de 800 mil reais com passagens aéreas e rodoviárias, cujos valores jamais foram reajustados pelo Ministério da Saúde, desde o ano de 2004, o que era insuficiente para o atendimento da demanda existente. Momentos depois, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, destacou que em relação à saúde mental, como não havia internamento, era grande o número de atendimentos realizados em 3 Três CAPS [Centros de Atendimento Psicossocial] e os recursos eram fixos, o que era insuficiente. Já o programa de atendimento ao diabético, havia mais de 26 mil pessoas cadastradas no sistema. Em seguida, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que a UPA São José [Unidade de Pronto Atendimento] realizara no período, o atendimento de mais de 9 mil pessoas classificadas por risco. Já no Posto de Saúde Três Poderes, que dispunha de uma grande quantidade de especialidades, houvera cerca de 13 mil atendimentos. Por sua vez, o Programa de Equoterapia era composto por 4 pessoas, estava funcionando, embora de forma menos regular, por causa da pandemia, e realizara apenas 3 atendimentos presenciais em janeiro, e poucos atendimentos remotos. Acrescentou que no Hospital Municipal de Imperatriz - HMI, a taxa de ocupação hospitalar, era de 71,72%, considerada alta, e a maior quantidade de atendimentos foi verificada na ortopedia. A incidência de Coronavírus continuava, embora com o registro de poucos casos. Por outro lado, no Samu [Serviço de Atendimento Móvel de Urgência], o número de atendimento era alto, especialmente, psiquiátrico, porém o recorde de atendimento foi de acidentados de trânsito. Na sequência, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, solicitou que o vereador Flamarion de Oliveira Amaral realizasse as inscrições dos edis que se manifestar. Ao fazer uso da palavra, o vereador Zesiel Ribeiro, discorreu sobre o financiamento do funcionamento das UPAs [Unidades de Pronto Atendimento] e solicitou informações sobre se havia recursos para a construção de postos de saúde. Em resposta ao edil Zesiel, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, afirmou que a construção de postos de saúde, assim como das Academias de Saúde, não havia recursos para aquisição, exceto se houvesse emendas parlamentares, o que era lamentável. O Ministério da Saúde, trabalhava



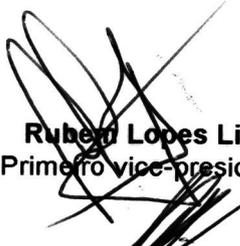
**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**

agora com um sistema de redes, em que as UPAs [Unidades de Pronto Atendimento] não eram mais financiadas, uma vez que se assemelham aos hospitais de 20 leitos que eram inadequados e pouco econômicos, uma vez que tinham o mesmo custo de um hospital maior, e o mesmo ocorria com as UPAs. Mais de 80% dos municípios brasileiros possuíam menos de 50 mil habitantes e não dispunham de receita própria, o que dificultava a manutenção de uma boa rede de estabelecimentos de saúde. Imperatriz ainda precisava de novos estabelecimentos, mas não dispunha de recursos suficientes para investimento e custeio. Havia muitos gastos com hospitalização de pacientes em situação não urgente, o que aumentava os custos hospitalares, quando muitas vezes, o paciente poderia esperar o atendimento não emergencial em seu domicílio, sem nenhum prejuízo para seu estado de saúde, até o momento, por exemplo, da realização de uma cirurgia eletiva. Como nenhum outro parlamentar se manifestasse, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa disponibilizou a palavra a duas das pessoas que se encontrava na Galeria. Inscreveu-se o Sr. Luís Armando Araújo do Nascimento. Com o uso da palavra, o Sr. Luís Armando Araújo do Nascimento, afirmou que se sentia representado pelos edis participantes dessa Audiência e ressaltou as qualidades técnicas da secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, mas solicitava informações sobre as placas obrigatórias em obras públicas e sobre o atendimento da região em que habitava, Residencial Sebastião Régis, Sumaré e Ouro Verde, uma vez que lá havia cerca de 5 mil pessoas que se encontravam desassistidas, uma vez que não contavam sequer com um posto de saúde. Em resposta, a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, informou que providências estavam sendo tomadas em relação às placas de obras em que não constavam dados importantes, como valor da obra e prazo de execução. Solicitou que pessoas da comunidade, quando se manifestassem, dessem informações corretas, sob pena de não estarem ajudando a melhorar o sistema de saúde. Acrescentou esperar que já na próxima Audiência, trouxesse respostas sobre as demandas da comunidade que o Sr. Luís Armando Araújo do Nascimento representava. Em seguida, o presidente Márcio Renê Gomes de Sousa, passou a palavra à secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida, para suas considerações finais, a qual agradeceu a todos os edis pela receptividade e compreensão, o que contribuía para a melhoria da qualidade do sistema de saúde. Elogiou os vereadores, pela forma como tinha sido recebida e tratada durante essa Audiência Pública. A seguir, o presidente da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social, Márcio Renê Gomes de Sousa, agradeceu a secretária-adjunta municipal de Saúde, Doralina Marques de Almeida e aos técnicos da SEMUS [Secretaria municipal de Saúde] pela participação na Audiência, bem como aos vereadores e aos membros da imprensa presentes. Como nada mais houvesse a tratar, deu por encerrada a Audiência Pública. José Ribamar Silva de Sousa, secretário *ad hoc*, lavrou a presente ata, que vai assinada pelos membros da Comissão Permanente de Saúde e Assistência Social. Plenário Léo Franklin, da Câmara Municipal de Imperatriz, Estado do Maranhão, em 7 de junho de 2022.



**ESTADO DO MARANHÃO
CÂMARA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ**


Marcio Renê Gomes de Sousa
Presidente


Rubem Lopes Lima
Primeiro vice-presidente

Flamarion de Oliveira Amaral
Segundo vice-presidente


Jhony dos Santos Silva
Primeiro-secretário

Fidelis Rodrigues da Silva Uchôa
Segundo-secretário


Ricardo Seidel Guimarães
Suplente

João Francisco Silva
Suplente